

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL

PROGRAMA DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: SAÚDE PÚBLICA	CÓDIGO: EGG10097
MODALIDADE: (X) Presencial () EAD () Híbrida	TIPO: (x) Obrigatória () Eletiva
CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas	CRÉDITOS: 02 (dois)

LINHA DE PESQUISA: definida pela coordenação

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Desenvolver a compreensão ampla e crítica sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), sua estrutura, gestão, financiamento e os desafios enfrentados na promoção da saúde pública no Brasil, de modo a analisar os seus processos históricos, epidemiológicos e metodológicos que influenciam a saúde coletiva e a formulação de políticas públicas nas interfaces com a Defesa e Segurança Civil.

EMENTA: O processo histórico de construção do Sistema Único de Saúde e as Políticas de Saúde; A formação da agenda da reforma sanitária; princípios e configuração do Sistema Único de Saúde (SUS). Gestão e Financiamento do SUS; Administração e planejamento em saúde. Desafios conjunturais à agenda do direito universal à saúde; Conceito de saúde pública; Conceito de saúde e doença. Processo saúde-doença. História natural de doenças. Níveis de aplicação de medidas preventivas na história natural das doenças; Atenção primária em saúde. Conceito de epidemiologia. O processo endêmico-epidêmico. Vigilância em saúde. e tipos de Vigilância. Conceito de indicadores de saúde. Indicadores de mortalidade. Indicadores de morbidade. Relacionamento espaço-temporal do risco em saúde. Modelos tecno-assistenciais de saúde. Metodologia de avaliação qualitativa em saúde. Conceito de risco em saúde. Determinantes demográficos, socioeconômicos e comportamentais da Saúde. O Conceito dos Determinantes Sociais da Saúde e sua interface com a Defesa e Segurança Civil. Educação em saúde.

METODOLOGIA: Será definida por cada docente, levando em consideração as características da disciplina, os objetivos e o perfil dos discentes. Essa autonomia permite que o docente escolha as abordagens pedagógicas mais adequadas para tornar o processo de ensino dinâmico, eficaz e alinhado às necessidades dos discentes.

AValiação: Será definida por cada docente, levando em consideração as características da disciplina, os objetivos e o perfil dos discentes. Essa autonomia permite que o docente escolha os critérios e os instrumentos avaliativos mais adequados ao conteúdo ministrado e ao perfil da turma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARMO, Eduardo Hage; PENNA, Gerson and OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. Emergências de saúde pública: conceito, caracterização, preparação e resposta. Estud. av. [online]. 2008, vol.22, n.64 [cited 2021-02-15], pp.19-32. Available from: . Siracusa Principles on the Limitation and Derogation Provisions in the International Covenant on Civil and Political Rights, U.N. Doc E/CN.4/1985/4, Annex (1985). Available at <http://www1.umn.edu/humanrts/instree/siracusaprinciples.html>. United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Marco Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. 2015. Disponível em: <https://www.undrr.org/> . Em português http://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2018-12/MarcodeSendaiPortugues.pdf

WORLD HEALTH ASSEMBLY, 2005. Revision of the International Health Regulations, WHA 58.3 (May 23, 2005) Disponível em:

CARMO, Eduardo Hage; TEIXEIRA, Maria Gloria. Desastres tecnológicos e emergências de saúde pública: o caso do derramamento de óleo no litoral do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 1-7, 2020.

CARMO, Eduardo Hage. Emergências de saúde pública: breve histórico, conceitos e aplicações. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 2, p. 9-19, 2020.

PEPE et al. Proposta de análise integrada de emergências em saúde pública por arboviroses: o caso do Zika vírus no Brasil. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 2, p.69-84, 202

SILVA, E et al. Emergência em saúde pública por inundações: a atuação do Ministério da Saúde em ocorrências no Brasil de 2004 a 2017 . Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 2, p. 176-187, 2020

SILVA, IVM et al. Vulnerabilidade institucional do setor saúde a desastres: perspectiva dos profissionais e gestores de Nova Friburgo. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 2, p. 188-200, 2020

SILVA, MA et al. Do global ao local: desafios para redução de riscos à saúde relacionados com mudanças climáticas, desastre e Emergências em Saúde Pública..Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 2, p. 48-68, 2020.

COSTA, GBR et al. Rompimento da barragem em Brumadinho: um relato de experiência sobre os debates no processo de desastres. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 44, n. esp. 2, p. 377-387, 202

Brasil, Conselho Nacional de Saúde. 1a Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. Relatório Final. 2018. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_cnvs/01.pdf.

Brasil. MS/SCTIE/ Departamento do Complexo Industrial e Inovação Em Saúde. Avanços, desafios e oportunidades no complexo industrial da saúde em serviços tecnológicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Livro-Complexo-Industrial-serviços-tecnológicos-WEB.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde.Plano Nacional de Saúde 2020-2023. Disponível em:
https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_2020_2023.pdf

Brasil, Conselho Nacional de Saúde. Resolução Conselho Nacional de Saúde no 588, de 12 de julho de 2018. Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS). Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>. Acesso Mar 2020.

Bravo MIS, Correia MVC. Desafios do controle social na atualidade. Serv. Soc. Soc. 2012, 109: 126-150. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100008.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. Guia de vigilância em saúde : volume 2 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. – 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 3 v. : il. Modo de acesso: World Wide Web:
https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_v2_6ed.pdf ISBN 978-65-5993-505-5

De Seta MH, Oliveira CVS, Pepe VLE. Proteção à saúde no Brasil: o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Ciênc. saúde coletiva 2017, 22(10): 3225-3234. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n10/1413-8123-csc-22-10-3225.pdf>.

De Seta MH, Reis LGC, Pepe VLE. Vigilâncias do campo da saúde: conceitos fundamentais e processos de trabalho. In: Gondim R, Graboys V, Mendes Junior WV (Orgs.). Qualificação dos Gestores do SUS. 2a ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2011. p. 199-237 Disponível em:
http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_424619245.pdf.

De Seta MH, Reis LGC. Construção, estruturação e gestão das vigilâncias do campo da saúde. In: Gondim R, Graboys V, Mendes Junior WV (Orgs.). Qualificação dos Gestores do SUS. 2aed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2011. p. 239-276. Disponível em:
http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_315269065.pdf.

Franco Neto G, Villardi JWR, Machado JMH, Souza MS, Brito IF, Santorum JA et al. Vigilância em Saúde brasileira: reflexões e contribuição ao debate da 1a Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. Ciênc. saúde coletiva 2017, 22(10): 3137-3148. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021003137&lng=pt.

Furtado JP, Campos GWS, Oda WY, Onocko-Campos R. Planejamento e Avaliação em Saúde: entre antagonismo e colaboração. Cad. Saúde Pública 2018, 34(7): e00087917. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n7/1678-4464-csp-34-07-e00087917.pdf>.

Giovanella L, Escorel S, Lobato LVC, Noronha JC, Carvalho AI (Orgs.) Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012. (VÁRIOS CAPÍTULOS SELECIONADOS)

Guizardi FL. Do controle social à gestão participativa: interrogações sobre a participação política no SUS. Trab. educ. saúde 2009, 17(1): 9-34. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-7462009000100002&lng=p t&nrm=iso&tling=pt.

IPEA. Introdução; Procedimentos Adotados na Elaboração da Proposta de Adequação das Metas; e ODS 3: Assegurar uma Vida Saudável e Promover o Bem-Estar para Todos, em Todas as Idades in Agenda 2030. ODS ? Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. IPEA; 2018. Disponível em: